

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

INSTITUTO POLITÉCNICO DE VISEU

PROGRAMA DO CONCURSO

HASTA PÚBLICA nº 01/2014

**Alienação de borregos, de cabritos e de uma vaca provenientes da Quinta da
Alagoa da Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Viseu**

Instituto Politécnico de Viseu

Avª Coronel José Maria Vale de Andrade, s/nº

Campus Politécnico

3504-510 VISEU – Portugal

Telefone: 232480700, Fax: 232480750

Email: ipv@pres.ipv.pt

julho

2014

Índice

Artigo 1º - Objeto do concurso

Artigo 2º - Entidade pública contratante

Artigo 3º- Órgão que tomou a decisão de contratar

Artigo 4º - Concorrentes

Artigo 5º – Consulta das peças do procedimento e propostas

Artigo 6º - Órgão competente para prestar esclarecimentos

Artigo 7º - Documentos de habilitação à hasta pública

Artigo 8º - Critério de admissão

Artigo 9º - Critério de adjudicação

Artigo 10º - Ato Público

Artigo 11º - Escolha do adjudicatário

Artigo 12º - Notificação para apresentação dos documentos de habilitação e caução

Artigo 13º - Aceitação da minuta do contrato

Artigo 14º - Celebração do contrato escrito

Artigo 15º - Forma de divulgação

HASTA PÚBLICA nº 01/2014 - Alienação de borregos, de cabritos e de uma vaca provenientes da Quinta da Alagoa da Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Viseu

Artigo 1.º

Objeto do Concurso

O presente procedimento tem por objeto a alienação de borregos e de cabritos vivos com peso entre 8 e 12 kg (lote nº1) e de uma vaca viva com cerca de 10 anos (lote nº2), todos provenientes da Quinta da Alagoa.

Artigo 2.º

Entidade pública contratante

A entidade pública contratante é o Instituto Politécnico de Viseu, sita na Avª Coronel José Maria Vale de Andrade, s/nº, Campus Politécnico, com os números de telefone 232480700, de fax 232480750, com o e-mail: ipv@pres.ipv.pt.

Artigo 3.º

Órgão que tomou a decisão de contratar

Presidente do Instituto Politécnico de Viseu, nos termos do artº8º do D.L. nº307/94 de 21 de Dezembro.

Artigo 4.º

Concorrentes

Só podem ser concorrentes as entidades que tenha a sua situação regularizada relativamente a impostos bem como no que concerne a contribuições para a segurança social, bem como abrangidos por qualquer outra das situações previstas no artº 55º do CCP, aprovado em anexo ao DL nº18/2008 de 29 de janeiro com as devidas alterações.

Artigo 5.º

Consulta das peças do procedimento e propostas

1 – Os interessados poderão consultar as peças do procedimento no site do Instituto Politécnico de Viseu (www.ipv.pt) ou nas instalações do Instituto Politécnico de Viseu - Departamento Técnico, na morada indicada no artigo 2º, no horário de expediente (9h00-12h30 e 14h00-17h30).

2 – Os concorrentes poderão consultar as propostas nas instalações do Instituto Politécnico de Viseu - Departamento Técnico, na morada indicada no artigo 2º, no horário de expediente (9h00-12h30 e 14h00-17h30).

Artigo 6.º

Órgão competente para prestar esclarecimentos

1- Todas as questões e/ou pedidos de esclarecimento deverão ser colocados por meio escrito, através do e-mail: compras@pres.ipv.pt, por correio ou fax, até ao final do dia 07 de julho de 2014.

2- A resposta aos pedidos de esclarecimento e demais comunicações do Júri do Procedimento sobre o presente programa de concurso será enviado **até ao final do dia 08 de julho de 2014**.

Artigo 7.º

Documentos de habilitação à hasta pública

1 - Para ficarem habilitados a licitar, os interessados devem apresentar os seguintes documentos:

- a) O documento constante do anexo I deste programa de procedimento, modelo de declaração a que se refere a alínea a) do nº1 do artº 57º do CCP;
- b) Fotocópia do bilhete de identidade/cartão de cidadão, para empresários em nome individual, bem como, para o(s) representante(s) legal(ais) das empresas (pessoas coletivas);
- c) Cópia da declaração de início de actividade, para empresários em nome individual e Certidão de Registo Comercial, para pessoas coletivas, devidamente atualizados.

2 – Os documentos de habilitação à hasta pública, elaborados nos termos do número anterior, devem ser encerrados em envelope opaco e fechado, no rosto do qual deve ser escrito “Hasta Pública nº01/2014,”.

3 – Os documentos referidos no nº1 deverão ser entregues **até às 17.30 min do dia 18 de julho de 2014**, podendo ser entregues directamente nas instalações do Instituto Politécnico de Viseu - Departamento Técnico, sito na Avª Coronel José Maria Vale de Andrade, s/nº, Campus Politécnico – Viseu.

Artigo 8.º

CrITÉRIOS de admissão

1 – Os sobrescritos com os documentos são ordenados e listados por ordem de entrada. A sua abertura efectuar-se-á pela comissão **no dia 21 de julho de 2014**, à qual caberá verificar se os documentos apresentados pelos proponentes se encontram em conformidade com o estabelecido no programa do procedimento e, em caso de irregularidade(s) que possa(m) ser suprida(s), notificando o(s) concorrente(s) por qualquer meio de comunicação escrito ou oral ao seu dispor, para suprimento(s) da(s) mesma(s), a(s) qual(ais) terá(rão) de ser efectuada(s) até às 17h30 **do dia 25 de julho de 2014**, no Instituto Politécnico de Viseu, sito na Avª Coronel José Maria Vale de Andrade, s/nº, Campus Politécnico – Viseu.

2 – **No dia 28 de julho de 2014**, a comissão deliberará sobre a admissão ou exclusão dos proponentes, elaborando a respectiva lista que será divulgada aos participantes por qualquer meio de comunicação escrito ou oral ao seu dispor, excluindo os concorrentes que não apresentem os documentos de habilitação conforme indicado no artigo 7º.

Artigo 9.º

CrITÉRIO de adjudicação

Lote 1

A adjudicação será feita segundo o critério do maior valor decorrente da aplicação da seguinte fórmula (F):

$$F = A \times 5/6 + B \times 1/6$$

Em que:

A = Valor proposto do kg de borrego vivo

B = Valor proposto do kg de cabrito vivo

Lote 2

A adjudicação será feita pelo maior valor unitário proposto para a vaca.

Artigo 10.º

Ato Público

1 – A hasta pública terá lugar **pelas 10.00 horas do dia 31 de julho de 2014**, na seguinte morada:

Escola Superior Agrária de Viseu, sito na Quinta da Alagoa - Estrada de Nelas - Viseu

2 - No início do ato público a comissão divulgará a listagem dos concorrentes admitidos e excluídos e os devidos fundamentos.

3 – Ao ato público pode assistir qualquer interessado, apenas nele intervindo os proponentes ou seus representantes desde que devidamente credenciados e nos seguintes termos:

- a) Apresentar reclamações sempre que seja cometida, no próprio ato, qualquer infracção à legislação aplicável ou ao presente programa;
- b) Apresentar reclamações contra a admissão de qualquer outro proponente ou contra a sua própria exclusão, ou da entidade que representam;
- c) Examinar a documentação apresentada durante um período razoável a fixar pela comissão;

4 – As deliberações da comissão, tomadas no âmbito do ato público, são notificadas aos proponentes, no próprio ato, não havendo lugar a qualquer outra forma de notificação, ainda que não estejam presentes ou representados no referido ato os destinatários das mesmas deliberações.

5 – Em qualquer momento o presidente da comissão pode interromper o ato público, fixando de imediato, a hora e o dia da sua continuação, devendo justificar os motivos porque o faz.

6 – Encontra-se estabelecida uma base de licitação de venda de 3,35 €/kg para o borrego e de 3,80 €/kg para o cabrito, sendo a partir desses valores que se efetuará a licitação verbal. Do mesmo modo a base de licitação para a vaca é de 900,00 €. Todos estes valores serão acrescidos da taxa de IVA em vigor.

7 – Inicia-se a licitação pelo 1º lote (borregos e cabritos).

8 - O primeiro ordenado na lista dos concorrentes admitidos terá prioridade para fazer a 1ª licitação.

9 – Depois da 1ª licitação, não poderá existir uma outra licitação de igual ou inferior valor.

10 – A adjudicação será efetuada por lotes aos concorrentes que apresentarem o valor mais elevado, calculado de acordo com o artigo 9º.

11 – Do ato será lavrada ata, sendo assinada por todos os membros da comissão.

Artigo 11.º

Escolha do adjudicatário

Depois de cumpridas as formalidades previstas na lei, a entidade competente para adjudicar, com base no relatório fundamentado elaborado pela comissão, escolhe o adjudicatário.

Artigo 12.º

Notificação para apresentação dos documentos de habilitação e caução

1 - O adjudicatário deve apresentar, no prazo de dez dias úteis contados da data da notificação da adjudicação, os seguintes documentos de habilitação:

- a) Documento com a indicação do código de acesso on-line à certidão permanente do registo comercial ou, em alternativa, a própria certidão;
- b) Declaração do consentimento para consulta on-line, nos termos do Decreto-Lei nº 114/2007 de 19 de Abril, da situação regularizada relativa a contribuições para a segurança social em Portugal ou, em alternativa, documento comprovativo da situação regularizada em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o estabelecimento principal, tendo em vista proceder posteriormente aos pagamentos aos pagamentos que forem devidos;
- c) Declaração do consentimento para consulta on-line, nos termos do Decreto-Lei nº 114/2007 de 19 de Abril, da situação regularizada relativa a impostos devidos em Portugal ou, em alternativa, documento comprovativo da situação regularizada em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o estabelecimento principal, tendo em vista proceder posteriormente aos pagamentos aos pagamentos que forem devidos;
- d) Certificado de registo criminal dos titulares dos órgãos de gerência, administração ou direção da firma, ou de empresário em nome individual, se for o caso.

2 – Todos os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa, porém quando pela sua própria natureza ou origem estiverem redigidos em língua estrangeira, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada.

3 – Prestar caução no valor de 5% do preço contratual, destinada a garantir a celebração do contrato, bem como o exacto e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais. A caução deve ser prestada:

- a) Por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado Português, nos termos do modelo constante do anexo II ou;
- b) Mediante garantia bancária ou seguro-caução, nos termos do modelo constante do anexo II.

4 - A adjudicação caduca se, por facto imputável ao adjudicatário, este não apresentar os documentos no prazo fixado no nº 1 e 3 deste artigo.

5 – Quando se verifique não ter sido dado cumprimento ao disposto no presente artigo por motivo não imputável ao adjudicatário o órgão competente para a decisão de contratar concede em função das razões invocadas, um prazo adicional para a apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação.

6 – A falsidade de qualquer documento de habilitação ou a prestação culposa de falsas declarações determina a caducidade da adjudicação e a participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

7 – Verificando-se a caducidade da adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar deve adjudicar a proposta ordenada em lugar subsequente.

Artigo 13.º

Aceitação da minuta do contrato

1 – A minuta do contrato é enviada ao adjudicatário, para aceitação, considerando-se aceite pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou não haja reclamação nos cinco dias subsequentes à respectiva notificação.

2 – São admissíveis reclamações contra a minuta nos termos do artº 102º do CCP.

3 – Em caso de reclamação, a entidade que aprova a minuta, comunica ao adjudicatário, no prazo de dez dias úteis, o que houver decidido sobre mesma, equivalendo o silêncio à sua rejeição.

Artigo 14.º

Celebração do contrato escrito

O contrato deve ser celebrado no prazo de trinta dias a contar da data de aceitação da minuta ou da decisão da reclamação, incluindo a apresentação da caução, mas nunca antes de decorridos os dez dias contados da data de adjudicação, com exceção, se tenha sido apresentada uma única proposta.


Artigo 15.º

Forma de divulgação

A divulgação da Hasta Pública será efectuada através de publicação de anúncio da II Série do diário da República, bem como no portal do IPV com o seguinte endereço: www.ipv.pt/cpublicos.htm

Instituto Politécnico de Viseu, 2 de julho de 2014

O Presidente do Instituto Politécnico,



Prof. Fernando Lopes Rodrigues Sebastião

ANEXO I

Modelo de declaração

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do art.º 57.º do CCP)

1 - (nome, número de documento de identificação e morada) na qualidade de representante legal de (1).....(firma, número de identificação fiscal, sede, telefone e email, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes, telefones e emails), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de/designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 – Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos no caderno de encargos, juntando em anexo os seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)

b)

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que:

- a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;
- b) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional (4) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional (5) (6);
- c) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (7) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (8) (9);
- d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (10);
- e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (11);
- f) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, na alínea b) do n.º 1 do art.º 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de Maio, e no n.º 1 do art.º 460.º do presente Código, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória (12);
- g) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 562.º do Código do Trabalho (13);
- h) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (14);
- i) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes (15) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por alguns dos seguintes crimes (16)] (17).
- i) Participação em atividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Ação Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;

- ii) Corrupção, na aceção do artigo 3.º do Ato do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3.º da Ação Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;
- iii) Fraude, na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à Proteção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;
- iv) Branqueamento de capitais, na aceção do artigo 1.º da Diretiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho de 1991, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;
- j) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 4 desta declaração.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

(local), ... (data), ... [assinatura (18)].

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Enumerar todos os documentos exigidos no artigo 7º do programa de concurso, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do nº 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º
- (4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (5) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (6) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (7) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (8) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (9) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (10) Declarar consoante a situação.
- (11) Declarar consoante a situação.
- (12) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (13) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (14) Declarar consoante a situação.
- (15) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.
- (16) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.
- (17) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (18) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º